



O Sindicato dos Trabalhadores das Salas de Jogos luta, há vários anos, por uma adequada legislação, que reflita as transformações que têm ocorrido no Jogo e que não prejudique os trabalhadores.

Durante estes anos, tivemos várias reuniões na Secretaria de Estado do Turismo, no Turismo de Portugal e na Assembleia de Republica. Em todas estas entidades encontramos grande disponibilidade para compreender os problemas e a necessidade de os solucionar, mas tudo fica igual, mantendo-se o atropelo de tudo e de todos, e até da própria lei.

O Turismo de Portugal sente-se mais “à vontade” em não afrontar os Concessionários do Jogo, estimulando que a Inspeção de Jogos feche os olhos às violações da lei do jogo e ao cumprimento dos próprios contratos de concessão. Não podemos estar mais em desacordo. Não é fazendo “tábua rasa” do artigo nº 77 da lei do jogo e desrespeitando os direitos dos trabalhadores que se resolve algum problema, isso só permite que os Concessionários fiquem com total liberdade para poderem proceder a todas as tropelias, por nós diversas vezes denunciadas, mas sem qualquer efeito prático por parte do serviço de Inspeção de Jogos, tutelado pelo Turismo de Portugal.

Os trabalhadores não são peças ou coisas, são pessoas humanas com direitos, merecedores de todo o respeito e que devem ver melhoradas as suas condições de vida conforme os lucros que ajudaram a criar na empresa. Em qualquer empresa os trabalhadores são o activo mais importante!

Assistimos hoje, com grande perplexidade, à contratação de pagadores de Banca, a recibo verde, com menos direitos que as mulheres-a-dias. O STSJ não concorda com a constante desregulação que se vem assistindo, estando a transformar os Casinos em verdadeiros armazéns de Jogo, sem qualidade e sem prestígio.

Para além das constantes denúncias junto do serviço de Inspeção de Jogos, fá-lo-emos também junto dos Tribunais, sempre que estejam em causa os interesses dos Trabalhadores, e sustentados em pareceres jurídicos que nos dão total razão.

